

Nélia Dias

LA MESURE DES SENS:
LES ANTHROPOLOGUES ET LE CORPS
HUMAIN AU XIX^{ÈME} SIÈCLE
Paris, Aubier, 2004, 357 páginas.

O estudo de Nélia Dias, que pretendo aqui apresentar, sendo um trabalho lucidamente empírico, coloca-nos perante um problema teórico que me parece de extrema dificuldade e para o qual as respostas são quase sempre lacunares e insuficientes. De algum modo, este problema está subjacente a uma parte importante do pensamento social e político desde Thomas Hobbes, pelo menos. Trata-se de pensar as recursividades e analogias de natureza epistémica e política entre o corpo individual e o corpo colectivo. Ou, de outro modo, de que forma é que o conhecimento e práticas dos lugares do corpo se traduzem politicamente. Assim, não é por acaso que este transporte faz de Thomas Hobbes o “primeiro sociobiólogo”, como reclama o filósofo cognitivista e darwiniano Daniel Dennett em *Darwin’s Dangerous Idea* (1995: 453). Porque em Thomas Hobbes há um apelo a uma teoria naturalista acerca da moral e, concomitantemente, uma translação de sentido político que faz de uma sociedade o resultado de tal declinação naturalista. Esta pretensão é certamente um dos aspectos mais insistentes da modernidade: uma vontade política que assume que conhecer é poder ou, ainda, que aquilo que *é* – essa ordem factual em que se abastece o mundo e que cumpre a um estilo de pensamento e suas extensões exumar – regulará imperiosamente o *deve*, isto é, o modo de gerir indivíduos e colectivos de indivíduos. Tudo isto faz supor que a relação entre conhecimento e regulação é inegociável e que devemos deixar os modos de regulação da pólis nas mãos dos especialistas, dos sacerdotes do templo, isto é, dos sábios ou, se quisermos, de um certo tipo

de sábios: os cientistas. São eles que sabem o que é, logo é através deles que devemos regular o que deve ser no plano ético-moral e no plano político.

Não resisto aqui a citar Thomas Hobbes e o seu *Leviathan* no original: “Reason is the pace; Encrease of Science, the way; and the Benefit of man-kind, the end” (1981 [1651], Parte I, cap. 5, pp. 21-22).

É tendo em conta esta tendência moderna que não nos abandonou ainda e que certamente não nos irá abandonar tão cedo (apesar dos seus acentos trágicos que a história do século XX, em particular, denuncia de forma impiedosamente ímpar), que o livro de Nélia Dias deverá ser lido, porque a investigadora mostra-nos um dos modos em que isto se desdobrou num determinado contexto cultural e científico do século XIX: a França da segunda metade desse século. Mostra-nos também como esta pulsão moderna não admitiria a ambiguidade da sua consagração metafórica – esse enlace analógico e impreciso entre corpo individual e corpo político – e que toda a ambiguidade teria de ser expurgada do sistema através de uma estratégia rigorosamente localizadora e especificadora. Como?

O livro é uma análise sincrónica de um domínio discursivo específico. Trata-se de mostrar como a segunda metade do século XIX assistiu a um denodado exame dos órgãos dos sentidos em que se impunha fundamentalmente realizar uma *topobiologia dos sentidos*. Estamos perante uma espacialização e hierarquização no corpo de uma ordem sensorial. Como explicita Nélia Dias, o exame dos sentidos e da hierarquia em que se fundam articula-se discursivamente com uma matriz de oposições politicamente significativas que demonstram, justamente, a recursividade entre corpo individual e corpo colectivo. Assim, a partição entre hemisférios esquerdo e direito do cérebro desdobrava-se numa assimetria de faculdades e atribuições: razão/instinto,

cor azul/cor vermelha, homem/animal, civilizado/primitivo, homem/mulher. Dir-se-ia que estamos perante um episódio clássico em que a topobiologia faz supor ou traduz todo um conjunto de aproximações analógicas entre diversos domínios que vão da classificação sensorial à taxonomia racial e à estratificação social. O livro de Nélia Dias demonstra-nos a extrema *capilaridade entre discursos científicos e políticos* numa certa concepção de modernidade que, à partida, parece reclamar a autonomia de tais esferas. Daí que, metodologicamente, o universo de domínios discursivos relevantes seja vastíssimo: antropologia, fisiologia, psicologia, filosofia, medicina e literatura assumem aqui uma importância decisiva na produção do argumento. Mais uma vez estamos perante uma leitura impressiva da hibridiz fundamental da modernidade. Algo que aproxima Nélia Dias de Bruno Latour (1997 [1991]) e, de modo muito específico (dado o alcance da sua análise e a natureza dos materiais em que tal análise se abastece), de Anne Harrington (1987).

Se este é o eixo maior de articulação em que o trabalho de Nélia Dias se define, paralelamente este trânsito entre a topobiologia e a representação do corpo social e político foi um projecto que solicitou todo um conjunto de estratégias e de reflexões epistemológicas que apaixonaram os especialistas da época. De outro modo, poder-se-ia dizer que esta cartografia de alguns dos veios, em que se abasteceram os discursos antropológicos oitocentistas sobre os sentidos, define também a perturbação que os atravessava: a perturbação por um certo “perspectivismo” ou consciência dele que se prende afinal com os “modos de ver” e sua radical alteridade; a perturbação face às diferenciais aquisições cognitivas que mecanismos anatomo-fisiológicos descritos como diferentes (e a diferença aqui poderia ser enunciada como do domínio do patológico ou teratológico) evidenciavam; a perturbação face à possibilidade de o

conhecimento verdadeiro ser função de uma ordem sensorial que teria de ser precisada e defendida a todo o custo. Precisar e defender a epistemologia seria também, e concomitantemente, um modo de precisar e defender uma certa concepção de sociedade.

Estamos aqui perante um problema que se prende, evidentemente, com algumas das formulações de Michel Foucault. Aliás, *La Mesure des Sens* é uma hábil incursão em território foucauldiano. Aí, para lá da centralidade da noção de “discurso”, impõem-se as noções de “anotomo-política do corpo humano” e de “biopolítica das populações” que Foucault irá articular no volume metodológico da sua *História da Sexualidade*, isto é, em *A Vontade de Saber* (1994 [1976]: 141-47). O conhecimento do *corpo-máquina* torna-se uma plataforma a partir da qual a ordem social e demográfica poderá ser cabalmente aferida. Ou seja, Nélia Dias mostra-nos não apenas as modalidades em que se desdobrava este conhecimento ou o conjunto de séries discursivas em que o mesmo se instalava, mas também a relação diagramática que estes conhecimentos ou séries estabeleciam estrategicamente uns com os outros para produzir uma configuração política – uma forma de “poder-saber” (*id.*: 145) – acerca do corpo-espécie e suas derivas, que era assim espacializado e articulado de acordo com definições de *identidade colectiva*. Veja-se, a este propósito, o que Nélia Dias escreve acerca da constituição do Estado num capítulo que destaca a biopolítica das ordens sensoriais e sua tradução estatística e cartográfica (capítulo 9 de *La Mesure des Sens*: pp. 263-80).

O que está aqui em causa é o *trânsito entre o corpo individual e o corpo político*. Que tipo de efeitos e de metáforas regem a sua constituição mútua, num mundo onde as metáforas se encontram permanentemente sob suspeita?

A identificar alguns dos fluxos metafóricos na produção do corpo político, destacaria

aqui o modo como Nélia Dias nos descreve as formas de representação *do sistema nervoso* e as suas continuidades e contiguidades com as formas de representação *do sistema político*. Socorrendo-se de Hyppolite Taine, escreve a autora de *La Mesure des Sens*:

A analogia entre sistema nervoso e sistema político está também presente em Taine. A descrição figurada que o filósofo dá do sistema nervoso, com os seus ministérios e os seus centros locais, é à imagem de uma burocracia centralizada, composta de uma “hierarquia de funcionários”; longe de ser uma “república de iguais”, cada centro local detém uma certa autonomia, sendo dado que “o sistema de centros nervosos na medula e no encéfalo se assemelha ao sistema de poderes administrativos num Estado” (...). E adianta, a propósito de trinta e um centros espinais, que “são outras tantas prefeituras subordinadas a um ministério que assentam na medula alongada. Cada um destes centros tem o seu departamento ou território próprio; nele recebe as informações pelos seus nervos sensíveis; aí dá as ordens pelos seus nervos motores”. O primeiro ministério “ocupa toda a medula alongada, isto é o bolbo, a protuberância e talvez os começos dos pedúnculos cerebrais. (...) Há vários andares sobrepostos, repartições sensíveis de diversas espécies, repartições motoras, comunicações que ligam estas repartições entre elas e que se ligam elas próprias a superiores hierárquicos, seja para transmitirem informações, seja para receberem ordens. Segue-se em seguida e sobre a medula, o ministério supremo. (...) Além das informações que lhe transmite a medula alongada, ele recebe as instruções que trazem os dois primeiros pares de nervos cranianos, olfativos e ópticos; deste modo todas as impressões sensíveis se reúnem nestas repartições, e, além disso, através da medula alongada, envia impulsos para todos os nervos motores. Sobre ele, na cobertura cerebral, instala-se o soberano”. (...) Encontramos em Taine todo um sistema de correspondências – o soberano/a cobertura cerebral, o primeiro ministério/a medula alongada, os departamentos e prefeituras/os centros espinais – o que não é fortuito quando conhecemos a admiração que

votava à monarquia inglesa e a sua hostilidade à democracia plebiscitária (pp. 286-7).

Um dos modos de captarmos esta capilaridade entre corpo individual e corpo colectivo ou de percebermos como é que a anatomo-política do corpo humano e a biopolítica das populações se constituem mutuamente, nada melhor do que seguir o percurso das metáforas, parece querer dizer-nos Nélia Dias, numa estratégia que a aproxima de Hans Blumenberg (1997). O corpo é não somente uma cidade, neste contexto. Ele é, e à luz do conhecimento produzido acerca do sistema nervoso, *uma cidade que comunica* – algo que a analogia entre o sistema nervoso e o telégrafo parece acentuar (ver pp. 288-90). A civilização faz supor assim que a cidade passou a habitar o corpo e que a transitividade controlada entre a tópica do corpo e a tópica da cidade se tornou um dos esquemas cognitivamente mais recorrentes. Se os modos de descrever e representar o corpo podem alimentar os modos de descrever e representar a cidade, e vice-versa, dir-se-ia também que é neste trânsito que emerge a acção ou, se quisermos, é dentro deste mecanismo de constituição mútua que as práticas e os modos de agir se tornam visíveis. Estou aqui a lembrar-me muito soltamente daquilo que nos diz Ian Hacking sobre isto: novos modos de representar e criar o real potenciam modos novos de agir (1994). Em suma, as representações são sedutoras, eficazes e, porventura, perigosas, porque estabelecem relações insuspeitas entre elas que, em última análise, fertilizam e modulam as acções humanas.

Outras referências:

- BLUMENBERG, Hans, 1997, *Shipwreck with Spectator: Paradigm for a Metaphor for Existence*. Cambridge, Massachusetts, Londres, The MIT Press.
- DENNETT, Daniel, 1995, *Darwin's Dangerous Idea: Evolution and the Meanings of Life*. Londres, Penguin.

FOUCAULT, Michel, 1994 [1976], *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Lisboa, Relógio D'Água.

HACKING, Ian, 1994, "The looping effects of human kinds", em Dan Sperber, *et al.* (ed.). *Causal Cognition: a Multidisciplinary Approach*. Oxford, Clarendon Press, pp. 351-83.

HARRINGTON, Anne, 1987, *Medicine, Mind, and the Double Brain*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

HOBBS, Thomas, 1981 [1651], *Leviathan*. Londres, Penguin.

LATOUR, Bruno, 1997 [1991], *Nous n'Avons Jamais Été Modernes: Essai d'Anthropologie Symétrique*. Paris, Éditions La Découverte.

Luís Quintais

Depart.º de Antropologia/Univ. de Coimbra